

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano LXXXVI • Nº 118

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 7 de julho de 2009

# Grupo se prepara a fim de atualizar legislação estadual

## Leis não-regulamentadas e em desuso serão excluídas

O Grupo de Trabalho de Atualização da Legislação Estadual criada pela Mesa Diretora da Alepe, a fim de analisar as leis não-regulamentadas e em desuso concluiu, na última sexta-feira, por meio da Escola do Legislativo (Elepe), o Curso de Organização e Indexação de Documentos Especiais, em parceria com a Escola do Legislativo de Minas Gerais. Durante três dias, a professora Ana Lúcia Pimenta Melane explicou a metodologia adotada para alimentar o banco de dados do Parlamento mineiro. "O programa foi desenvolvido pelo Prodasen, do Senado Federal, para recuperar informações legislativas e tem dado muito certo", comentou.

O curso teve carga horária de 24 horas e contou com a participação de 19 alunos. A indexação, de acordo com a coordenadora do GT e procuradora da Casa, Juliene Viana, é a atividade fundamental. "Consiste na busca das informações no banco de dados. É a forma de pesquisar. Não adianta fazer a atualização, desenvolver um bom programa de informática e não poder buscar essas informações", frisou. Atualmente, existem 14 mil leis no Estado, entre ordinárias e complementares.

Para a procuradora, a atualização trará mais segurança jurídica. "A falta de acompanhamento das alterações feitas nas normas provoca grande dificuldade. Não sabemos quais legislações estão em vigor nem quantas sofreram mudanças", comentou, citando o caso da Lei Complementar nº 28, que trata da

Previdência Estadual e sofreu 14 alterações.

Assistente Legislativa da Alepe e coordenadora Legislativa do GT, Ana Olímpia Severo elogiou a Mesa Diretora por oferecer aos servidores os meios necessários para efetivar a atualização legal. "A medida é boa para os três Poderes e permitirá que o Legislativo, em especial, elabore suas leis de maneira mais clara e precisa", pontuou.

O GT está em fase de estudo e pesquisa. O segundo passo é elaborar conteúdos e desenvolver o programa de informática. Em paralelo, será feito o fichário das leis e, posteriormente, a atualização e indexação. "É uma atividade complexa", acrescentou Juliene.

A Constituição Estadual anterior a 1988 também será digitalizada. O grupo de trabalho foi criado em maio deste ano, pelo Ato nº 369, entretanto, há algum tempo, servidores da Casa vêm estudando o assunto. Integram o GT vários setores como Procuradoria, Assistência Legislativa, Biblioteca e Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica.

Desde o ano passado, foram visitados três Parlamentos Estaduais: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. "O de Minas é referência em todo o País", comentou a procuradora, ressaltando a parceria entre Pernambuco e Minas Gerais. O trabalho mineiro de indexação começou em 1982. Há uma equipe composta de 60 profissionais que trabalha diariamente no tratamento da informação, alimentando o banco de dados relacionado às atividades do Poder.



FOTOS: RINALDO MARQUES

**ELEPE** - Durante três dias, equipe aprendeu com a experiência mineira como alimentar banco de dados

## Economia

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), participou do Seminário de Implantação da Ferrovia Transnordestina promovido pelo Governo do Estado. O encontro foi realizado, ontem, no Centro de Convenções de Pernambuco, e reuniu ainda representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Banco do Nordeste, BNDES, donos de cartórios e prefeitos dos municípios que serão afetados pela construção. O objetivo foi sensibilizar os envolvidos sobre a importância de agilizar as ações necessárias para a execução da obra que vai gerar mais de 11 mil empregos no Estado e tem conclusão prevista para o final do próximo ano.



## Ato

### ATO Nº 494/09

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 913541/2009, do Deputado Barreto,

**RESOLVE:** exonerar **FABILIANA DA SILVA BOM FIM**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 3% (três por cento), a partir de 1º de julho do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 29 de junho de 2009.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

## Mensagem

### MENSAGEM Nº 083/2009.

Recife, 03 de julho de 2009.

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que, no uso das prerrogativas que me são conferidas pelos artigos 23, § 1º e 37, inciso V, da Constituição Estadual, resolve vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei Complementar nº1137/2009 de autoria deste Poder, que visa promover aperfeiçoamentos na Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, e alterações, e em outros dispositivos da legislação relativa a servidores públicos estaduais.

O veto se restringe ao artigo 5º do referido Projeto de Lei Complementar.

As razões do veto estão expostas abaixo e decorrem da contrariedade ao interesse público.

“Art. 5º A partir de 1 de junho de 2009, a parcela prevista no artigo 42 da Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, não fará parte do limite de que trata o parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 13.186, de 09 de janeiro de 2007, e respectivas alterações.”

#### RAZÕES DO VETO PARCIAL:

Louvável é a intenção do Deputado Isaltino Nascimento com a respectiva emenda, pretendendo viabilizar instrumentos que ofereçam alternativas aos consideráveis impactos da crise econômica e financeira mundial na arrecadação tributária do Estado.

A emenda parlamentar, não se pode olvidar, buscou incentivar parcela dos agentes fiscais que mensalmente se vêem obrigados a suportar cortes em sua remuneração, excluindo do teto parcela eventual, incerta e variável que não se integra de forma definitiva aos vencimentos dos fazendários, em razão de ser devida apenas e tão-somente na hipótese de alcançadas as metas de arrecadação.

O dispositivo ora vetado objetiva estimular e incentivar as ações fazendárias, em grande medida responsáveis pelos índices de arrecadação estadual.

Assim, pelo que se depreende da emenda proposta e seu claro conteúdo finalístico, teve a mesma por objetivo constituir-se em valioso instrumento de gestão apto a estimular grupamento de servidores integrante da administração tributária, num quadro de queda da arrecadação, seja aquela decorrente da repartição das receitas tributárias federais, seja a oriunda da arrecadação dos tributos estaduais.

Não por outra razão o Governo do Estado, responsabilmente, ainda mesmo antes de quando as primeiras nuvens da crise econômica internacional foram desenhadas no horizonte, adotou diversas iniciativas que estão a contribuir de forma efetiva para que a crise não atinja de forma dramática o Estado de Pernambuco e sua potencialmente próspera economia, de modo a não ver estancado o rico momento que vimos atravessando, com investimentos crescentes e políticas públicas com clara ampliação do seu alcance.

Registre-se que, conceitualmente, a emenda se harmoniza com uma série de medidas adotadas pelo Governo de Pernambuco tendentes a se contrapor a um momento econômico de delicada moldura, que impõe aos governantes de todos os matizes, cuidado redobrado com o equilíbrio das contas públicas, controle do custeio – cronicamente vilipendiado - e manutenção dos investimentos que o contribuinte e a sociedade reclamam dos que têm a tarefa de governar.

Não vai nisso, de per si, nenhum privilégio, consistindo muito mais em medida em favor da gestão fiscal responsável que em benefício dos servidores fazendários, ainda mais quando a sua repercussão financeira é de pequena monta.

## PODER LEGISLATIVO

**Mesa Diretora:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglailson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Procuradoria Geral**, Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral**, Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-Geral); **Assistência Legislativa**, Ana Olimpia Celso de M. Severo (Assistente-Chefe); **Superintendência Administrativa**, Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos**, Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica**, Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira**, Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial**, Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional**, Aldo Mota (Assistente-Médico); **Assistência de Segurança Legislativa**, Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Coordenador-Chefe); **Escola do Legislativo**, Jurandir Bezerra Lins (Assistente-Educacional); **Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo**, Cynthia Barreto (Assistente-Chefe); **Auditoria**, Maria Gorete Pessoa de Melo (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social**, Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa**, Marconi Glauco; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Edição Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Feliipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários**: Ana Elisa Freire, Anne Queiroz, Isabella Brito, Maria Cláudia de Paula, Rafaela Torres Galindo e Roberto Moria; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Feliipe Marques, Mara Amorim; **Produção**: Christianne Alcântara, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail**: [dcomunic@alepe.pe.gov.br](mailto:dcomunic@alepe.pe.gov.br).



Contudo, no seio da sociedade pernambucana e do conjunto dos servidores públicos - às voltas com uma mesa de negociação salarial - inclusive dentro da própria categoria dos fazendários, a proposta do Deputado e líder do Governo na Assembleia Legislativa, Isaltino Nascimento, gerou uma percepção em testilha com a nobre motivação levada a efeito pelo amplo apoio conferido pelos parlamentares, como se autorizar-se a percepção efetiva de remuneração adremente conferida por outros diplomas legais, pudesse se constituir em odioso privilégio.

Temos com a sociedade e com os servidores uma relação pautada pela confiança e não poderíamos, mesmo diante de iniciativas meritórias como esta, permitir seja tal relação estremecida por uma compreensão fluida dos propósitos que a inspiraram.

A medida, como é bem de ver, positiva no mérito foi interpretada em dimensão outra, subvertida em seu intento, e, por isso mesmo, reclama sensata ponderação quanto à conveniência política do veto, sempre direcionado ao interesse público encarnado em toda ação de governo.

Acresce que, para além dos aspectos políticos da questão, houve controvérsias quanto à sua suposta inconstitucionalidade.

De fato, para o Governo do Estado, que pautava a prática de todos os seus atos pela legalidade e constitucionalidade, a edição de um ato normativo que possa gerar questionamento jurídico – abalando a própria presunção de constitucionalidade de que naturalmente se reveste – não se mostra aconselhável.

A segurança jurídica é um valor por demais caro para ser posto em risco, até mesmo em favor dos potenciais beneficiários da medida, que se veriam porventura sobressaltados com a ameaçada permanência da iniciativa.

Por isso, optei pela revogação parcial do dispositivo. Não por que estivesse, como de fato não estou, convencido de sua suposta incompatibilidade com as Constituições Estadual e Federal, mas porque o dissenso social gerado me conduziu a tanto; cuida-se, pois, de um veto sistêmico, isto é, por conveniência e oportunidade, em atenção às diretrizes democráticas que balizam este Governo.

Tais motivações, por sua vez, justificam-se não em razão de uma retórica fácil e ilusória, mas de argumentos jurídicos plausíveis.

Com efeito, em outros Estados da Federação, a exemplo de São Paulo e do Ceará, igual sistemática remuneratória foi adotada sem que houvesse tamanha polêmica. Nesses Estados, os servidores fazendários têm sua remuneração total, em parte, de quando em vez, acrescida por parcelas autônomas, variáveis e eventuais, decorrentes da participação no resultado das ações exitosas adotadas, que não integram a remuneração.

Um instrumento normativo que surtiu efeitos positivos na arrecadação, razão por que se pretendeu adotá-lo, para os servidores do Estado de Pernambuco, em zelo pela retomada do extraordinário momento experimentado pela nossa economia em 2007 e particularmente em 2008, o que não se fará sem um gigantesco esforço por novos recursos, que mantenham o ritmo dos investimentos públicos que só no ano passado ultrapassaram a casa de um bilhão de reais.

De mais a mais, no caso de Pernambuco, ao contrário do que foi amplamente divulgado, provavelmente em função da ausência de informações precisas sobre a questão, o dispositivo mencionado, acrescido por emenda parlamentar, não importaria em qualquer aumento de despesas. Logo, não sofreria de inconstitucionalidade formal por esse motivo.

Por outro lado, conforme já dito, em se tratando de uma verba remuneratória eventual, variável e incerta, que não se integra aos vencimentos dos servidores para qualquer fim, há interpretações razoáveis favoráveis à sua constitucionalidade material.

No entanto, conforme dito, penso que, neste momento crucial, deve prevalecer a cautela nas ações governamentais, evitando-se que tais episódios possam tomar proporções indesejáveis, que venham a comprometer o respeito deste Governo às instituições republicanas.

Sendo estas as razões do veto e esperando contar com o indispensável apoio à sua manutenção, aproveito o ensejo para renovar, a Vossa Excelência e a seus Excelentíssimos pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,**  
**em 6 de julho de 2009**

**EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **GUILHERME UCHÔA**  
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco  
NESTA

Às 1ª , 2ª , 3ª e 15ª Comissões.

## Pronunciamentos

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO**  
**GERALDO COELHO NA REUNIÃO**  
**DO DIA 17 DE JUNHO DE 2009.**

**Senhor Presidente,**  
**Senhoras Deputadas,**  
**Senhores Deputados,**  
Quero hoje falar de ATAPUZ, no município de Goiana.

ATAPUZ está se incorporando a Petrolina. Para que os meus colegas Deputados possam pessoalmente entender esta união de Goiana e Petrolina, farei uma breve explicação.

Petrolina recebe continuamente muitos investimentos, mas também os empresários da cidade investem onde existe potencialidade para emprego e renda.

A Dra. BEATRIZ BARRETO, visitando a praia da Vila de ATAPUZ, ficou deslumbrada com o cenário belíssimo, freqüentado por barcos luxuosos, iates e com um clima excelente. ATAPUZ é uma vila de pescadores, distante 23 Km da cidade de Goiana, e destes 23 Km, faltam apenas 7 Km de asfalto.

Da minha parte, conheci ATAPUZ em 2004, e na ocasião fui procurado pela comunidade e pelos pescadores, solicitando ajuda para normalizar a energia elétrica que estava em queda constante, danificando os eletrodomésticos, e não mais permitia que os pescadores pudessem conservar os peixes, para obter resultados econômicos satisfatórios. Os pescados eram vendidos de imediato. Naquela reunião participaram muitas lideranças, tais como: Manoel de Atapuz (Presidente da Colônia dos Pescadores), Augusto Pereira, Dr. Humberto (Pousada Atapuz), Mariano, Josenil (Agente de Polícia), Bob, Astrogildo, Rosil (Kombi de Lotação), Didil (Fiscal da Prefeitura), Josivá, Adjair, Victor (Administrador de Atapuz), Genival (Metalúrgica), Ismar (Restaurante Luarada), e as senhoras: Regina (Presidente da Associação dos Artesãos), D. Noca (Representante das Mulheres Catadoras de Marisco), Ivone e Iara (Enfermeiras), Professoras: Ângela, Luciana, Beatriz e Nevinha do Mercadinho, Sra. Alaíde (Artesã) e outras pessoas da comunidade.

Imediatamente, como Deputado e tendo muito bom relacionamento de amizade na CELPE, consegui com Dr. ALCOFORADO, que na época era o Diretor, a normalização da energia em 30 dias, inclusive dezenas de gambiarras que existiam em muitas residências. Foi realmente muito festejado com muitos agradecimentos de ATAPUZ. De imediato recebi outro pedido que foi emergencial, ou seja, a melhoria dos 7 Km de estrada de terra. Recorri ao DER e fui atendido.

Ocorre que esse trecho de 7 Km, atualmente atende ao tráfego diário de 150 carretas que transportam areia, com a devida licença do IBAMA. Muitos produtores de camarões, também legalizados pelo IBAMA, pescadores que aqui falei hoje, com boa conservação dos peixes e precisando do escoamento dos produtos, alunos que precisam se deslocar diariamente para Goiana ou Gaibú, e dentro disso, pousadas e atividades turísticas como falei no início do meu pronunciamento.

Recentemente neste mês de Junho, aconteceu uma grande movimentação de protestos públicos, divulgados pela Rede Globo. Assim,

**Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>**

reforcei o meu empenho em agilizar a pavimentação, que em verdade está programada para 2010, conforme ofício que recebi do Secretário Sebastião Oliveira. Porém, diante dos protestos havidos, o DER prometeu para Outubro deste ano de 2009. Estarei atento e sempre trabalhando por ATAPUZ, fazendo-me presente junto à Secretária de Transportes e ao nosso Governador EDUARDO CAMPOS, que irá incorporar ao seu Governo uma pequena obra de grande repercussão econômica e social. Vamos em frente ATAPUZ e vamos em frente Pernambuco, com nosso Governador EDUARDO CAMPOS.

|  |
|--|
| <p><b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO</b></p> <p><b>GUILHERME UCHOA NO GRANDE EXPEDIENTE</b></p> <p><b>DA REUNIÃO DO DIA 04 DE JUNHO DE 2009.</b></p> |
| <p><b>HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO MESTRE VITALINO</b></p>   |

Vitalino Pereira da Silva, o mestre Vitalino, é uma referência no universo da arte popular brasileira. Em julho de 1909, nascia em Caruaru o menino que, no futuro, se projetaria entre os mais talentosos artistas pernambucanos, com trabalhos que levariam pelo mundo afora a habilidade de um homem simples, sem instrução escolar, mas com um talento extraordinário. Não sabia ler nem escrever, mas conquistava a admiração e o respeito por suas criações baseadas no folclore regional, transformando com o barro aspectos do rural e do urbano.

A cidade de Caruaru contou, em sua história, com dois mestres que impulsionaram sua fama internacional: Luiz Gonzaga, nascido em Exu, que,com sua música, divulgou a hoje famosa feira do município, grande centro mercantil de artesanato e produtos locais. Já com Vitalino e sua obra, a cidade entrou no roteiro da arte brasileira e internacional. Para completar, veio o título de Capital do Forró. Com tudo isso, o município transformou-se em pólo turístico, atração para milhares de visitantes, que movimentam a economia regional. São os valores de uma gente brava, trabalhadora, que oferece sua contribuição ao desenvolvimento do nosso Estado.

Vitalino herdou de sua mãe, Josefa Maria da Conceição, o interesse pela arte feita em barro. Ela produzia utensílios domésticos e, desde cedo, o menino aproveitava a argila para fazer bichos, figuras e brinquedos. Mas tudo começou quando seu pai, Marcelino Pereira dos Santos, levou para a Feira de Caruaru os bonecos produzidos pelo filho, ao lado das louças feitas pela esposa. A aceitação foi imediata, surpreendendo o chefe da família. A partir daquele momento, surgia o artista, o ceramista que faria escola, criando um promissor mercado de arte popular em torno de Caruaru.

Vitalino viu suas criações serem apreciadas por pessoas de todas as regiões do Brasil e de todos os países que tiveram oportunidade de conhecer tão extensa manifestação da cultura popular nordestina, hoje integrando coleções pelo mundo afora. Muitos artesãos seguiram a inspiração do homem humilde, iletrado, mas dotado de imenso talento. Artista que tanto dignificou e elevou o nome de Pernambuco para todo o mundo. Parabéns, mestre Vitalino!

Muito obrigado.

|   |
|---|
| <p><b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO</b></p> <p><b>GUILHERME UCHOA NA REUNIÃO NA</b></p> <p><b>SOLENIDADE DO DIA 15 DE JUNHO DE 2009.</b></p> |
| <p><b>SOLENIDADE DE REABERTURA DO PRÉDIO SEDE</b></p>   |

Hoje é um dia importante na história política de Pernambuco. Depois de dez meses de obras, temos a satisfação de entregar aos parlamentares e à sociedade pernambucana o Palácio Joaquim Nabuco, que passou por um detalhado processo de restauração. Estamos radiantes com a oportunidade de reabrir a sede do nosso Poder Legislativo, retornando às atividades depois do período de interrupção. Vale recordar as várias reformas aqui realizadas. A primeira ocorreu em 1947. Seguiram-se outras, envolvendo as gestões dos presidentes Felipe Coelho, João Ferreira Lima, Oswaldo Rabelo, Clodoaldo Torres, Pedro Eurico e Romário Dias, sendo a última, em 2004. Desta vez, no entanto, o edifício, cuja construção teve início em 1870, concluída seis anos depois, foi submetido a um amplo restauro.

Em 2008, iniciou-se a reforma emergencial do Palácio Joaquim Nabuco e, pela primeira vez, a abóbada de estuque do Plenário sofreu intervenção de conservação, exigindo uma mão de obra altamente qualificada.

Durante dez meses, as reuniões plenárias realizaram-se no auditório do Anexo I, Edifício Senador Nilo Coelho. Voltamos à antiga sede, graças à decisão da Mesa Diretora de autorizar as obras agora devidamente concluídas e empreendidas, seguindo estritamente as normas de intervenções em prédios públicos e de significativo valor histórico como esta Casa.

Não podemos deixar de louvar o apoio e a dedicação de todos os membros da Mesa, com destaque para o deputado Sebastião Rufino, 2º secretário, pelos esforços desenvolvidos para que, nesta tarde, possamos reabrir as portas do Palácio Joaquim Nabuco, abrindo novamente as reuniões plenárias.

Nesse contexto, tivemos ações para preservar toda a estrutura física e ornamental do prédio, sem alterar ou interferir no seu estilo arquitetônico, mantendo-se as características de uma edificação centenária, de considerável valor artístico, histórico e cultural.

Assim, reiteramos a satisfação de, na condição de presidente da Assembleia Legislativa, reabrir este espaço, verdadeiro patrimônio do povo pernambucano, para as reuniões de trabalho e solenidades que habitualmente aqui se realizam.

|   |
|---|
| <p>Muito obrigado!</p>  |
| <p><b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO</b></p> <p><b>IZAÍAS RÉGIS NO GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL</b></p> <p><b>DA REUNIÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 2009.</b></p> |
| <p><b>40 ANOS DA MORTE DO PADRE HENRIQUE</b></p>  |

Uma das ações mais características de qualquer regime de exceção é o controle da mídia, dos meios de comunicação, com a finalidade de abafar ou reprimir a oposição. Com a imprensa amordaçada e uma oposição sob controle, tais regimes passam a agir sem prestar contas à sociedade, seguindo pelos caminhos tortuosos da prática do autoritarismo.

O golpe militar de 1964 impôs ao país a aplicação de cinco Atos Institucionais, num exemplo marcante de governo baseado na força e no arbítrio.

Aqui em Pernambuco ocorreu um episódio chocante, traumatizante, que deixou a sociedade em forte comoção. Padre Antônio Henrique Pereira Neto, à época assessor do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, foi sequestrado, em 1969, após participar de uma reunião com jovens católicos, no bairro de Parnamirim.

O corpo do sacerdote, nascido no Recife e especialista em problemas da juventude, foi localizado na Cidade Universitária, um dia após o sequestro, com marcas de tortura. O crime até hoje não foi esclarecido.

A morte de padre Henrique teria sido um recado, um “cala boca” em Dom Hélder, que desagradava aos militares com suas pregações. A projeção mundial do então arcebispo do Recife e Olinda não permitia que uma ação nefasta desse porte fosse praticada contra ele, daí teria sido a escolha do padre Henrique, coordenador da Pastoral e muito estimado e respeitado pela juventude. Ele pagou com a vida por suas posições assumidas, contestando abertamente as diretrizes impostas ao País pelo regime autoritário.

Este Grande Expediente Especial, solicitado pelo deputado Pedro Eurico, reverencia a memória do saudoso padre Henrique, assassinado há 40 anos, depois de ser sequestrado por um grupo armado, na noite de 26 de maio de 1969, na Capital pernambucana.

Naquele período, Pedro Eurico também atuava junto a Dom Hélder Câmara, como advogado e, posteriormente, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese do Recife e Olinda. É uma testemunha viva das atrocidades cometidas por um regime que usurpou a lei e a democracia e cometeu diversos crimes contra, principalmente, jovens brasileiros que lutaram pela pátria.

Hoje, aqui, na Casa Joaquim Nabuco, reverenciamos a memória desses jovens na pessoa do padre Henrique, para que as novas gerações não se esqueçam do que houve em nosso País durante os anos de chumbo e para que, nunca mais, nosso povo passe por regimes autoritários.

|   |
|---|
| <p>Muito obrigado!</p>  |
| <p><b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA</b></p> <p><b>JACILDA URQUISA NA REUNIÃO</b></p> <p><b>DO DIA 1º DE JUNHO DE 2009.</b></p> |
| <p><b>VAMOS PROFISSIONALIZAR NOSSAS BABÁS DE CRIANÇAS E CUIDADORES DE IDOSOS</b></p>  |

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Compareço a essa Tribuna na tarde de hoje, no decorrer do Grande Expediente, para falar de um assunto que nos dias de hoje diz respeito a todos que são pais e filhos neste País e precisam ter cada vez mais cuidados e responsabilidades com nossas crianças e idosos.

Os meios tradicionais de comunicação, hoje associado às modernas ferramentas da tecnologia da informação como a internet, têm trazido ao conhecimento público uma cruel realidade.

São as agressões e os maus tratos praticados por alguns cuidadores de crianças, que chamamos de Babás e cuidadores de idosos, particularmente, aqueles idosos acometidos por doenças que os deixam completamente dependentes dos cuidados de terceiros.

Nos últimos meses telespectadores de todo o País foram colocados diante de cenas chocantes, onde apareciam Babás e cuidadores dando tapas, chutes, empurrões entre outras formas de agressões físicas em crianças ainda de colo e velhinhos sem a menor condição de reação.

Na última sexta-feira, dia 29 de abril, mais uma vez fomos colocados diante de outro flagrante caso de maus tratos com um grau de crueldade impressionante. Durante a programação dos telejornais foi apresentado cenas gravadas pela família, onde apareceu uma cuidadora batendo repetidamente numa senhora de 79 anos de idade que vivia sob seus cuidados. Detalhe: a idosa não enxergava, não ouvia, nem falava.

Mas, é preciso ter muito cuidado e agir com racionalidade ao se tratar desse assunto, para não incorrer na generalização dos atos de maldade praticados por algumas pessoas visivelmente desequilibradas, mal preparadas e mal selecionadas para exercerem tarefa de tamanha responsabilidade.

Deve-se ter a compreensão de que, apesar dos acontecimentos negativos divulgados na mídia, a maioria das pessoas que atuam nessa atividade são pessoas de boa índole, que jamais fariam mal a um bebê ou a um velhinho.

Temos a consciência, Sras. e Srs. Deputados, nós como agentes públicos que fazemos leis para, entre outras finalidades, facilitar e melhorar a qualidade de vida da população, que por uma imposição dos padrões de vida moderna, crianças e velhinhos completamente indefesos fazem parte de um universo de pessoas que cada vez mais precisam dos cuidados de pessoas que não são seus pais nem filhos.

As mulheres pela sua ascensão profissional e inserção no mercado de trabalho estão cada dia mais impossibilitadas de assumirem tarefas domésticas e acompanharem o crescimento dos filhos. Quando muito, conseguem fazê-lo durante o período de licença maternidade.

Na outra ponta, as estatísticas informam que população mundial, de um modo geral, está envelhecendo e o Brasil caminha neste mesmo sentido.

Temos hoje em torno de 13 milhões de idosos, ou 7,8% da população, e as projeções demográficas apontam que alcançaremos mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais em 2025. Ou seja, aproximadamente 15% da população projetada.

A expectativa de vida ao nascer, que era de 33,7 anos na década de 40, alcançou em 2000 o patamar de 68 anos para homens e 72 para mulheres e em 2006 foi elevada em mais 3 anos.

Acrescido ao fato de que o envelhecimento é um processo complexo, multideterminado, que envolve aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais que afetam o estilo e forma do envelhecer humano, observa-se que esta transição demográfica trará em seu bojo o aumento das doenças crônico-degenerativas com suas conseqüências inevitáveis, causando limitações nos idosos, que passarão a necessitar de ajuda, temporária ou permanente, para suas atividades de vida diária.

O que se constata diante de tamanha demanda é que as pessoas que são designadas a prestar tais cuidados, sejam os próprios familiares ou contratados, a maioria das vezes não está preparada para tal tarefa, o que pode trazer conseqüências muito graves que vão de acidentes com as crianças, as vezes fatais, dificuldade do restabelecimento do idoso ou mesmo causar piora na sua evolução, até os casos de desgaste e stress intenso para ambos, que terminam nas agressões e maus tratos vistos pelas reportagens exibidas na televisão.

Esses fatos tem tornado a exigência pela qualificação profissional a principal preocupação das famílias em entregar seus filhos, pais, parentes e mesmo seus lares a profissionais que apresentem confiança e competência técnica para exercerem funções tão preciosas e importantes no contexto social e econômico atual.

O que é urgente e relevante, diante de tudo isso, é que a profissional que atue em domicílio reconheça o grau de responsabilidade do seu trabalho e atue mediante os padrões de conduta pré-estabelecidos.

É de suma importância que entendam que suas atitudes, muitas vezes inconscientes, podem resultar em acontecimentos dramáticos.

Entretanto, se esta profissional se apropriar dos conhecimentos adquiridos, colocá-los em prática e desenvolver a sensibilidade necessária, atuará intervindo corretamente no desenvolvimento da criança e no cuidado com o idoso.

É fácil a percepção, após as considerações levantadas, Sr. Presidente e demais Deputados, que os problemas advindos da má formação desses profissionais deixam milhares de pessoas carentes dos bons cuidados à mercê de situações de grande risco, não só de agressões físicas como sofrimento moral e psicológico.

Isso torna o problema um assunto de saúde pública e até de segurança social, suscitando necessidade da ação governamental na proteção preventiva dos seus recém nascidos e/ou já, respeitosamente, envelhecidos cidadãos.

No intuito de colaborar com uma solução que pode ser conduzida pelo Governo do Estado, encaminhei à Mesa dessa Casa uma Indicação, onde faço um apelo ao Exmo. Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Dr. Roldão Joaquim, no sentido de criar no âmbito da sua Secretaria - que tem entre suas funções institucionais: planejar e apoiar a execução da política estadual de amparo e assistência às crianças, aos adolescentes, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiências – um programa gratuito e permanente de capacitação de cuidadores de crianças (babás) e cuidadores de idosos, com o objetivo de aumentar o nível de profissionalização dessa atividade e garantir o mínimo de segurança e tranqüilidade para as famílias que precisam contratar esses serviços para seus filhos ou para seus pais idosos. Tomei, inclusive, a liberdade de incluir algumas sugestões que possam fazer parte do conteúdo programático do curso de capacitação desses profissionais, tais como:

Noções básicas de enfermagem pediátrica, considerando a abordagem dos aspectos: fisiológicos, nutricionais e psicológicos;

Noções básicas de enfermagem geriátrica, considerando a abordagem dos aspectos: fisiológicos, fisioterápicos, nutricionais e psicológicos;
Compreensão das responsabilidades pessoal, profissional, ética, penal e civil no cuidado de crianças e idosos;

Avaliação de perfil psicológico com teste de aptidão funcional;

O Governo do Estado, através dos órgãos envolvidos com o programa poderia realizar convênios com instituições públicas, privadas e do setor não governamental, quando a finalidade fosse a cooperação ou prestação de serviço técnico-pedagógica de ensino profissional objeto do programa a ser implantado;

Na conclusão do curso poderia ser conferido um certificado de habilitação profissional ao educando concluinte, cujo critério de avaliação de desempenho seria definido na regulamentação do programa implantado;

O órgão responsável pela certificação emitiria uma carteira de habilitação profissional que serviria como principal documento de referência de qualificação técnica para a segurança das famílias contratantes;

A referida carteira seria renovada periodicamente pelo órgão competente, em prazo nunca superior a 5 (cinco) anos, a partir de uma avaliação de desempenho funcional e estado psicológico do cuidador;

o cuidador envolvido em casos, devidamente comprovados, de agressão e maus tratos físicos, moral e psicológicos, a criança ou adulto sob seus cuidados, não teria sua carteira de habilitação profissional renovada.

É importante estarmos alertas ao fato de que, apesar de existirem cursos particulares de profissionalização de cuidadores de crianças e idosos, eles são pagos e os valores da mensalidade ficam fora da condição financeira da maioria das pessoas que atuam nessa atividade.

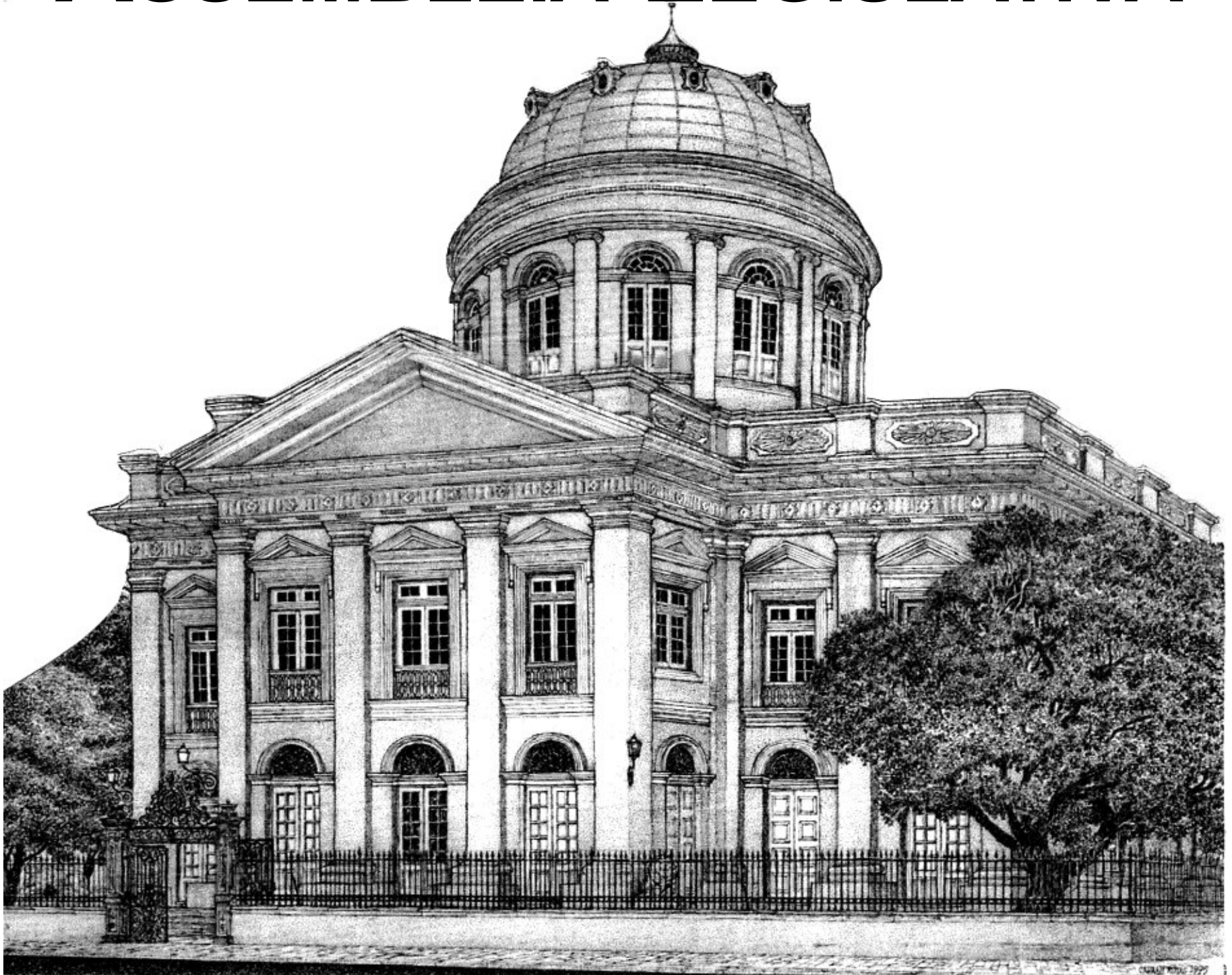
Outro aspecto importante a ser lembrado é que tratando essa atividade de forma profissional e com acompanhamento sistematizado, a administração pública estadual estará contribuindo para fortalecer um segmento com grande capacidade de ocupar mão de obra e gerar renda, principalmente, na região metropolitana do Recife, onde a demanda por esse Torna-se, no meu entender, de extrema necessidade e urgência, portanto, a criação desse programa permanente patrocinado pelo Governo do Estado.

Há de se considerar que a administração pública ficar indiferente a essa carência, exposta pelos acontecimentos que já se tornaram corriqueiros, éserviço é muito grande. sujeitá-la à compreensãoável acusação de crime de omissão.

É por essa razão, Sr. Presidente, que diante do que expus e da relevância dessa ação de política pública em favor das crianças e dos idosos do nosso Estado, estou reforçando o pedido aqui dessa Tribuna para que meus nobres pares dessa Casa aproveem essa justa e providencial Indicação.

Deixo aqui meus agradecimentos antecipados.

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



## A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

### MESA DIRETORA:

|                                 |   |                      |
|---------------------------------|---|----------------------|
| Deputado Guilherme Uchoa        | - | Presidente           |
| Deputado Izaías Régis           | - | 1º Vice - Presidente |
| Deputado Antônio Moraes         | - | 2º Vice - Presidente |
| Deputado João Fernando Coutinho | - | 1º Secretário        |
| Deputado Sebastião Rufino       | - | 2º Secretário        |
| Deputado Aglailson Júnior       | - | 3º Secretário        |
| Deputado Manoel Ferreira        | - | 4º Secretário        |